

### **POLÍTICA**

#### **-S CURRICULARES E PROJETOS EDUCACIONAIS**

Ao analisarmos políticas curriculares não podemos mais deixar ao largo dessas investigações o papel de sujeitos e grupos na produção dessas políticas. As investigações que vêm se propondo ao exame da produção de políticas como algo “encarnado”, que as entende como produzida por diferentes autores, nos leva a pensar no campo das políticas curriculares públicas como um campo de disputas de projetos. Também devemos pensar esses projetos a partir das demandas de sujeitos e grupos com diferentes interesses, propósitos, engajamentos, construindo processos de articulação discursiva e política de modo a participar nas arenas de produção das políticas em múltiplos contextos. Uma arena marcada pela presença da complexidade das negociações em torno dos diferentes projetos políticos.

Quando não incluimos essas questões para a compreensão de como as políticas são produzidas, acabamos por ver críticas aos programas e projetos educacionais como uma produção exógena, muitas das vezes identificada como exclusivamente de autoria de governos, organismos internacionais ou organizações não-governamentais sem, contudo vermos nessas produções autorias de sujeitos e grupos que atuam politicamente nesses espaços, mas não unicamente neles. Essas críticas baseadas nos pressupostos apresentados acabam por não reconhecer nos textos de definição curricular, as idéias que são produzidas pelos professores e pesquisadores em defesa dos aspectos que foram consagrados nos documentos e que os próprios fazem circular em diferentes redes políticas. Entendo, portanto, que devemos analisar as políticas curriculares públicas a partir de perspectivas que focalizem a participação, o interesse e o conhecimento de sujeitos e grupos que atuam em diversas escalas formulando, discutindo, difundindo e articulando suas propostas curriculares com a finalidade de tornar hegemônico o(s) projeto(s) que defendem.

Para dar conta de análises de políticas curriculares que tenham essas perspectivas, tem sido importantes as contribuições de Stephan Ball (1994), Ball e Bowe (1998) e Ernesto Laclau (2005). Os dois primeiros, com a análise dos ciclos de políticas e os diferentes contextos de produção de políticas: influência, definição de textos, prática, resultados ou efeitos e estratégia política e ainda a defesa de Ball da política como texto e como discurso que destaca, entre outras idéias, a importância dos sentidos de um texto político e das várias interpretações possíveis que a ele pode ser atribuído não apenas pelos autores como pelos leitores. Essas análises permitem-nos um papel mais ativo do sujeito no âmbito da produção curricular, seja ela da escola ou para a escola.

Em Laclau a contribuição que destaco para as investigações em políticas curriculares é a de o autor focalizar o processo da produção das políticas a partir das atuações dos sujeitos e grupos tendo como uma das questões centrais a defesa de um projeto hegemônico que surge a partir de demandas que são forjadas no âmbito do político e da política. Para que determinado(s) projeto(s) alcancem hegemonia são necessários processos de articulação discursiva das demandas produzidas pelos sujeitos e grupos, destacando na análise o conteúdo da política e os processos da política, elementos que não podem deixar de ser considerados nas pesquisas sobre políticas curriculares públicas.

Considerando essas contribuições entendemos melhor porque, muitas vezes, não podemos identificar uma única tendência presente em políticas curriculares, mas sim um texto híbrido ou também um construção de sentidos com marca na ambivalência, resultado de uma gama tão variada de sujeitos e grupos que atuam na construção dessas políticas e do seu processo de legitimação.

.....

**Sobre o (a) autor (a):**

√ Rosanne Evangelista Dias: professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e integrante do grupo de pesquisa Currículo: sujeito, conhecimento e cultura.

**Referências bibliográficas (ou textuais):**

- **BALL, Stephen. Education Reform: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.**
- **BALL, Stephen. & BOWE, Richard. El currículum nacional y su “puesta en práctica”: El papel de los departamentos de materias o asignaturas. Revista de Estudios de Currículum. vol. 1, n° 2, abril/1998, pp.105-131.**
- **LACLAU, Ernesto. La razón populista. Buenos Aires: FCE, 2005.**